

**CASA DA SAGRADA FAMILIA DA
GUARDA**

ANEXO

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	7
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	7
6	Ativos Intangíveis	10
10	Rédito	11
15	Benefícios dos empregados	11
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	12
10	Outras Informações.....	12
10.1	Outras contas a receber	12
10.2	Caixa e Depósitos Bancários	13
10.3	Fundos Patrimoniais.....	13
10.4	Fornecedores	13
10.5	Estado e Outros Entes Públicos.....	13
10.6	Outras Contas a Pagar.....	14
10.7	Subsídios, doações e legados à exploração	14
10.8	Fornecimentos e serviços externos.....	14
10.9	Outros rendimentos	15
10.10	Outros gastos	15
10.11	Resultados Financeiros.....	15
10.12	Acontecimentos após data de Balanço	16

1 Identificação da Entidade

A “CASA DA SAGRADA FAMILIA DA GUARDA” é uma instituição sem fins lucrativos, com estatutos publicados no Diário da República n.º 231 de 4 de outubro de 2001, Série III, tendo a sua sede social na RUA SOEIRO VIEGAS N.º7, 6300-758 GUARDA, freguesia e concelho da GUARDA, possuindo o número de pessoa colectiva 505.527.340.

Trata-se de uma IPSS reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, tendo adquirido personalidade jurídica mediante a participação efetuada pela autoridade eclesiástica competente, recebida no Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social da Guarda.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 41/01 a fls. 54 v.º e 55 do livro n.º 6 das Fundações de Solidariedade Social, e considera-se efetuado em 14 de maio de 2001, em conformidade com o disposto no n.º 2, do artigo 7.º do Regulamento de Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro.

No exercício das suas atividades prossegue os seguintes fins:

- Acolher crianças e jovens privados do meio familiar normal;
 - A formação integral da pessoa humana, à luz do Evangelho e dos ensinamentos da Igreja, coadjuvando a família ou mesmo substituindo-a em casos extremos, proporcionando um clima familiar dos seus utentes;
 - Desenvolver todos os esforços e procurar os meios mais adequados para conseguir nos utentes o aperfeiçoamento cultural, profissional, espiritual e moral;
 - A integração social, encaminhando os utentes para uma profissão e proporcionando a constituição de uma família àqueles que para tal se sentirem vocacionados;
 - Prestar formação cristã aos seus utentes, respeitando a liberdade de consciência, não permitindo qualquer atividade que se oponha aos princípios cristãos.
-

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No seu Anexo I refere-se que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8528/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

Salienta-se que a adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo foi efetuado a 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 da “Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL”, tendo a CSF preparado o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL, e alterado as Demonstrações Financeiras de 2011, que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela data, de modo a possibilitar a comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela CSF na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve

manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da CSF, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

A CSF utilizou na preparação das Demonstrações Financeiras, as bases de mensuração tal como definidas na NCRF-ESNL, nomeadamente no caso específico dos “Ativos Fixos Tangíveis”, das “Propriedades de Investimento”, dos “Ativos Intangíveis”, das “Outras Contas a Receber”, da “Caixa e Depósitos Bancários”, dos “Fornecedores e Outras Contas a Pagar” e do “Estado e Outros Entes Públicos”.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os

abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	74.179,88	2.926,69				77.106,57
Equipamento básico	120.471,78	18.861,86				139.333,64
Equipamento de transporte	79.497,92					79.497,92
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	47.786,33					47.786,33
Outros Ativos fixos tangíveis	7.583,60					7.583,60
Total	329.519,51	21.788,55	0,00	0,00	0,00	351.308,06
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	38.930,33	4.989,15				43.919,48
Equipamento básico	100.473,39	9.142,09				109.615,48
Equipamento de transporte	72.717,92	6.780,00				79.497,92
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	41.061,38	1.620,16				42.681,54
Outros Ativos fixos tangíveis	5.361,76	757,20				6.118,96
Total	258.544,78	23.288,60	0,00	0,00	0,00	281.833,38

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	77.106,57					77.106,57
Equipamento básico	139.333,64	53.083,47				192.417,11
Equipamento de transporte	79.497,92					79.497,92
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	47.786,33	5.257,43				53.043,76
Outros Ativos fixos tangíveis	7.583,60	4.052,51				11.636,11
Total	351.308,06	62.393,41	0,00	0,00	0,00	413.701,47
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	43.919,48	11.242,36				55.161,84
Equipamento básico	109.615,48	9.698,39				119.313,87
Equipamento de transporte	79.497,92					79.497,92
Equipamento biológico	42.681,54	1.423,64				44.105,18
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	6.118,96	1.440,63				7.559,59
Total	281.833,38	23.805,02	0,00	0,00	0,00	305.638,40

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2017 e 2018, foram os seguintes:

	2017					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	Saldo Final
Edifícios e outras construções	114.487,50	1.415,64				115.903,14
Total	114.487,50	1.415,64	0,00	0,00	0,00	115.903,14

	2018					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	Saldo Final
Edifícios e outras construções	115.903,14					115.903,14
Total	115.903,14	0,00	0,00	0,00	0,00	115.903,14

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill						
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	5.856,45	1.435,02				7.300,47
Propriedade Industrial						
Outros Ativos intangíveis						
Total	5.856,45	1.435,02	0,00	0,00	0,00	7.300,47
Depreciações acumuladas						
Goodwill						
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	3.649,23	686,27				4.335,50
Propriedade Industrial						
Outros Ativos intangíveis						
Total	3.649,23	686,27	0,00	0,00	0,00	4.335,50

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill						
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	7.300,47					7.300,47
Propriedade Industrial						
Outros Ativos intangíveis						
Total	7.300,47	0,00	0,00	0,00	0,00	7.300,47
Depreciações acumuladas						
Goodwill						
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	4.335,50	1.194,01				5.529,51
Propriedade Industrial						
Outros Ativos intangíveis						
Total	4.335,50	1.194,01	0,00	0,00	0,00	5.529,51

7 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	43.206,70	35.560,63
Quotas e joias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	1.997,61	5.845,10
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	45.204,31	41.405,73

8 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da CSF em 31/12/2017 foi de "20" e em 31/12/2017 manteve-se em "20".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	239.057,16	233.234,33
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	100,33	26.863,60
Encargos sobre as Remunerações	53.570,00	53.056,62
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.172,44	2.317,92
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	1.196,57	2.154,92
Total	297.096,50	317.627,39

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações (Estado e outros entes públicos)	365,11	1.248,28
Outros Devedores (Utentes CATL)	5.945,36	5.307,44
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	6.310,47	6.555,72

10.2 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	1.127,11	683,31
Depósitos à ordem	9.994,73	9.535,92
Depósitos a prazo	772.884,31	888.470,96
Outros		
Total	784.006,15	898.690,19

10.3 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	75.781,08	0,00	0,00	75.781,08
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	1.161.392,66	0,00	-184.011,77	977.380,89
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.237.173,74	0,00	-184.011,77	1.053.161,97

10.4 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	3.138,69	7.045,40
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	3.138,69	7.045,40

10.5 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	230,98	220,53
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	134,13	1.027,75
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	365,11	1.248,28
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	1.299,00
Segurança Social	5.260,68	4.960,54
Outros Impostos e Taxas	57,75	41,63
Total	5.318,43	6.301,17

10.6 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Não Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar				0,00
Cauções	0,00	0,00	0,00	
Outras operações				0,00
Perdas por imparidade acumuladas				0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00			2.011,39
Credores por acréscimo de gastos	19.575,44			28.059,77
Outros credores				0,00
Total	19.575,44	0,00	0,00	30.071,16

10.7 Subsídios, doações e legados à exploração

A CSF reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	292.556,85	289.903,30
Subsídios de outras entidades	2.342,86	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	294.899,71	289.903,30

10.8 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	14.190,87	12.011,93
Materiais	30.542,97	29.811,06
Energia e fluidos	30.445,01	24.070,66
Deslocações, estadas e transportes	16.135,61	5.834,96
Serviços diversos	8.332,15	9.544,09
Total	99.646,61	81.272,70

10.9 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	718,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	19.789,78	17.112,52
Total	20.507,78	17.112,52

10.10 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	689,60	538,82
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	83.947,29
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	925,44	297,70
Total	1.615,04	84.783,81

10.11 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1.997,61	5.845,10
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	1.997,61	5.845,10
Resultados Financeiros	1.997,61	5.845,10

10.12 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção da CSF em 24 de Abril de 2019.

GUARDA, 24 de abril de 2019

O Contabilista Certificado

A Direção

Paulo Jorge Gonçalves V.d. - T107.
CC 11288

Alcira Rodrigues Freixo
J. Freixo
Manuela Soares
Luís António Pires António Lucas
Mário Encarnação Mendonça Freitas